

## **RECURSO ORDINÁRIO: APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 515 E 516 DO CPC E CELERIDADE PROCESSUAL**

**Carlos Hindenburg de Figueiredo (\*)**

### **1. A FINALIDADE DA NORMA**

Desde as civilizações mais primitivas, a convivência social demanda a estipulação de regras a orientar as relações intersubjetivas.

Ao mesmo tempo em que há uma força natural, inerente ao ser humano, tendente a sedimentar o processo de interação social, esse provoca o surgimento de conflitos sociais, legitimando a existência do Estado para atuar como agente condutor da vida social.

Dessas poucas considerações, é possível extrair a finalidade de todo o aparato de bens e situações criadas pelo desenvolvimento da cultura humana, mais acentuadamente vislumbrada pelo avanço da computação, cada vez mais facilitando e trazendo comodidade à vida moderna: o bem-estar geral. Também assim deve ser encarado o Direito. Sua existência justifica-se na busca daquele.

Longe de alcançar um nível satisfatório, as relações jurídicas travadas no Brasil caracterizam-se pelo alto grau de conflito de interesses, que terminam por solicitar a atuação do Estado-juiz para pacificar os litígios.

Sem se negar importância ao estudo da origem dessas querelas, este trabalho busca traçar algumas linhas e suscitar discussões sobre a necessidade e a possibilidade legal de se abreviar o percurso da decisão final no processo judiciário, quando presentes as condições contidas nos artigos 515 e 516 do Código de Processo Civil.

Não se deve esquecer, jamais, que o Direito Processual é instrumento para a concretização secundária do Direito material, que, por sua vez, é função direta do bem-estar social tão almejado. Qualquer atuação jurisdicional que negue a utilização prática e rápida desse instrumento de atuação da Justiça atinge, em último caso, o direito a essa paz social.

**(\*) - Carlos Hindenburg de Figueiredo é Bacharel em Ciências Econômicas, Bacharel em Direito e Assessor de Juiz do TRT - 13ª Região.**

## **2. A TENDÊNCIA À VALORAÇÃO DA CELERIDADE PROCESSUAL**

A crise do processo tem tomado assento importante nas discussões do meio jurídico, pois, mesmo antes da Constituição Federal de 1988, já se criticava o excessivo retardamento da prestação jurisdicional. Apesar de melhor aparelhada a Justiça brasileira, os efeitos provocados pela "Constituição Cidadã" foram surpreendentes. Além de elencar uma gama enorme de direitos ao cidadão, trouxe uma maior conscientização quanto à sua efetiva utilização. Isso tem elevado enormemente o trabalho do Poder Judiciário.

Embora de forma tímida, o Poder Legislativo tem concretizado pequenas reformas na legislação processual, com vistas a diminuir o percurso da atividade jurisdicional. A exemplo, citamos: a) a redação dada ao artigo 897 da CLT, pela Lei nº 8.432/92, condicionando o recebimento do Agravo de Petição à delimitação da matéria e dos valores impugnados, permitindo-se a execução da parte remanescente, até o final; b) a implantação do instituto contido no artigo 273 do CPC, que prevê a antecipação dos efeitos da tutela de mérito, quando preenchidos os seus requisitos; c) a possibilidade do consignado levantar de imediato a quantia incontroversa (CPC, artigo 899, § 1º); d) as novas regras introduzidas no sistema recursal do CPC e da CLT, pela Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998.

Todas essas pequenas reformas na legislação processual, além de outras aqui não citadas, refletem a preocupação do legislador (derivada do anseio dos diversos segmentos interessados) em levar celeridade ao processo.

O desejo inscrito nesses instrumentos precisa obter resposta na atuação do juiz, que é o responsável final pela real implantação dos institutos.

## **3. O PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. DISTINÇÃO ENTRE ESTE E A SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA**

Antes de mais nada, é preciso desarmar o pensamento e penetrar na presente discussão sem o apego aos dogmas, sob pena de restar inócua a leitura.

O chamado princípio do duplo grau de jurisdição é muito invocado nos julgamentos dos órgãos de segundo grau na Justiça do Trabalho, como princípio constitucional contido no artigo 5º, inciso LV, da nossa Carta Magna de 1988.

Ocorre, todavia, que a mística dessa retórica parece bem menos concreta do que se imagina. Manoel Antônio Teixeira Filho, em sua obra "Sistema dos Recursos Trabalhistas", afirma não haver qualquer alusão no texto constitucional, quer explícita quer implícita, a essa exigência da duplicidade de graus de jurisdição como garantia do cidadão.

Na verdade, no atual sistema legal nacional, a previsão de forma obrigatória dessa dupla apreciação não é regra, mas, sim, exceção, pois, em geral, facultam-se às partes a utilização do recurso, na instância ordinária. No processo civil, a apelação possui esse amplo efeito de devolver à instância revisora a apreciação das questões de fato e de direito travadas durante a marcha processual. É o que se extrai do texto dos artigos 515 a 517 do Código de Processo Civil.

Na seara processual trabalhista, o recurso ordinário é o veículo de ampla revisão do julgado (CLT, artigo 895).

Retomando a discussão acerca do artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, deduz-se que a norma ali inserida apenas assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Infere-se, portanto, que a lei adotará as medidas necessárias à concretização dessa regra.

Assim, somente se imporá o duplo grau de jurisdição, como observância obrigatória, com o perdão da redundância, nos casos estritamente previstos na legislação.

Como exemplos de duplo grau de jurisdição obrigatório, podemos citar os seguintes textos legais: artigo 475 do CPC; artigo 1º, inciso V, do Decreto-lei nº 779/69.

A possibilidade de existência de único grau de jurisdição é tão patente, que existem leis limitando a apreciação da questão posta em juízo a uma única instância, senão vejamos: o artigo 2º da Lei nº 5.584/70 (com a redação que lhe deu a Lei nº 7.402/85); o artigo 34 da Lei nº 6.830/80; a Lei nº 9.099/95 (dos Juizados Especiais).

Nem por isso, tais dispositivos legais podem ser taxados de inconstitucionais.

Alexandre de Moraes aborda o tema, em seu livro *Direito Constitucional*, editora Atlas S/A, São Paulo, 5ª edição, pág. 95, aduzindo que o Supremo Tribunal Federal também possui orientação nesse sentido. Apreciando o Mandado de Segurança nº 21.689-1 (Rel. Min. Carlos Velloso, *Diário da Justiça*, Seção, I, 7 abril de 1995, p. 18.871), em que figurou como impetrante o ex-presidente Fernando Affonso Collor de Mello e impetrado o Senado Federal, o pleno do STF acenou quanto à inexistência de inconstitucionalidade das decisões de mérito, das quais não haja recurso para nenhum tribunal, em análise à posição tomada pelo Senado Federal no julgamento de crimes de responsabilidade (Constituição Federal, artigo 52, I).

O voto condutor do Ministro Carlos Velloso lembrou, ainda, não haver recurso algum das decisões da Corte Suprema nas infrações penais comuns em que figure como acusado o Presidente da República ou os outros agentes elencados no artigo 102, I, "a", da Constituição Federal.

Tratando sobre a matéria, o Colendo Tribunal Superior do Trabalho emitiu a seguinte ementa:

**"ALÇADA - PRINCÍPIO DA RECORRIBILIDADE.**

*Ao contrário do sustentado, não existe "garantia constitucional de recorrer" porque o contraditório e a ampla defesa que se garantem aos litigantes e aos acusados não se efetivam somente com recursos, mas também com os outros "meios", isto é, com outros instrumentos ou medidas processuais, que possibilitem às partes o direito à ampla defesa. Se a Constituição quisesse prever a obrigatoriedade do recurso nas decisões administrativas ou judiciais, não teria feito referência aos "meios" e aos "recursos", alternados entre si pela conjunção coordenativa "ou". Esta alternatividade significa que um ou outro satisfaz à exigência constitucional. No referente à alçada recursal, "no processo trabalhista, nenhum recurso caberá das sentenças proferidas nos dissídios de alçada, salvo em se tratando de matéria constitucional". Ao contrário do que possa parecer "prima facie", no artigo sétimo, inciso IV, da Constituição Federal, capítulo II - Dos Direitos Sociais - o constituinte preocupado com o poder aquisitivo do trabalhador não desmereceu matéria processual. A alçada está gizada a dois salários mínimos (artigo 2º, parágrafos 3º e 4º da Lei 5.584, de 26 de junho de 1990 )" - ("in" O Processo na Justiça do Trabalho - Francisco Antônio de Oliveira)." TST, ERR-82515/93, subseção I, Especializada em Dissídios Individuais, acórdão nº 1302, 09.09.1996, rel. Min. Cnéa Moreira."*

Como visto, a exigência do duplo exame da matéria posta em Juízo somente será obrigatório quando houver previsão legal nesse sentido. Do contrário, o recurso é apenas uma faculdade processual das partes e dos interessados, quando a lei não obstar a sua utilização.

Não há, ainda, que se confundir duplo grau de jurisdição com supressão de instância. O primeiro traduz-se numa faculdade legal que possui a parte, ou os legalmente legitimados, para ingressar com recurso contra decisão que lhe atingiu negativamente o interesse. Tem-se, então, o duplo grau facultativo. O obrigatório decorre de lei e dela depende a sua observância.

A supressão de instância é o "salto" que o julgador da instância superior dá sobre a jurisdição inferior, ou seja, quando, a exemplo, julga pedido formulado pela parte e não apreciado pela órgão "a quo", ao qual cabia funcionalmente o primeiro exercício da jurisdição.

#### **4. OS LIMITES DA MATÉRIA DEVOLVIDA E A POSSIBILIDADE DE IMEDIATO JULGAMENTO PELA INSTÂNCIA SUPERIOR**

O julgador precisa ser ousado, ao menos quanto à utilização dos dispositivos legais que aceleram a entrega da prestação jurisdicional.

No dizer do mestre Flóscolo da Nóbrega, o Direito é, "*a um só tempo, processo e produto cultural. (...) Como processo cultural, o direito é uma atividade valorativa, orientada no sentido de realizar a ordem, a segurança e a paz nas relações sociais. (...) Como produto cultural, o direito é o resultado do processo valorativo, da atividade de realização dos valores; é valor realizado e concretizado em forma de vida social.*"

Os operadores do Direito precisam entender a celeridade processual como produto da reivindicação dos entes sociais.

Utilizando-se das ferramentas processuais ora discutidas no presente estudo, é possível atender parte desse reclamo.

Iniciamos, assim, a discussão principal do presente estudo através do efeito do recurso que possibilita a revisão do julgado: o efeito devolutivo, que, no Direito brasileiro, é limitado pela matéria impugnada, em atenção ao preceito do *tantum devolutum quantum appellatum*, positivado no *caput* do artigo 515 do CPC.

Não se cogita da inaplicabilidade dessa regra no processo do trabalho, nem da norma contida no artigo 516 do CPC, pois perfeitamente incidente a hipótese do artigo 769 da CLT, em complemento ao artigo 899 celetista.

Podemos, pois, estabelecer o primeiro balizamento para alcançar a plena aplicabilidade dos artigos 515 e 516 do álbum processual civil aos casos levados aos órgãos revisionais: somente a matéria impugnada poderá ser objeto de apreciação pela instância superior.

Como matéria impugnada, entenda-se a pretensão das partes, objeto da jurisdição.

Assim, havendo pronunciamento do Juízo inferior acerca dos pedidos das partes (seja de forma individual ou genérica), a lei autoriza, acaso impugnado pelo recurso, a reapreciação do pleito.

Vale salientar, também, que o juiz deverá ter emitido pronunciamento de mérito para que se possa autorizar, de logo, no recurso, a plena análise revisional. É o que se deduz da regra do artigo 463 do CPC.

Em seguida, transcrevemos os textos dos artigos 515 e 516 do CPC, para seqüência da análise.

*"Art. 515. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.*

*§ 1º Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.*

*§ 2º Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.*

*Art. 516. Ficam também submetidas ao tribunal as questões anteriores à sentença, ainda que não decididas."*

Com isso, extraem-se mais elementos para formar a cadeia de requisitos necessários à comprovação da possibilidade de imediato julgamento pela instância superior, quando ocorridas as hipóteses acima.

O recurso ordinário devolverá ao tribunal todas as questões relacionadas aos fundamentos da inicial e da defesa, desde que:

- a) tenham sido suscitadas por uma parte e discutidas pela outra;
- b) tenha a sentença emitido consideração a respeito, ainda que de forma parcial.

Ficam, também, submetidas à apreciação no recurso aquelas questões que o juiz deve conhecer de ofício, independentemente de terem sido suscitadas e discutidas pelas partes.

Havendo mais de um fundamento para a apreciação do pleito e, se o juiz, acolhendo um deles, deixa de se manifestar sobre os demais, o efeito translativo do recurso devolve ao tribunal os demais fundamentos.

A regra do artigo 516 pode parecer repetição do § 1º do artigo 515, mas possui pequena peculiaridade. Enquanto o segundo limita o conhecimento das questões "não decididas por inteiro", o primeiro leva ao tribunal todas as questões anteriores à sentença, ainda que não decididas.

Por clara pertinência e lucidez nas suas palavras, julgo mais que oportuno transcrever trecho da lavra do ilustre professor Cândido Rangel Dinamarco, em matéria publicada na *Genesis do Direito Processual Civil*, vol. 2, 1996 p. 327/328, intitulado de "Os Gêneros de Processo e o Objeto da Causa", inserido no trabalho publicado pelo Juiz Milton Gouveia, Presidente da 6ª JCI de Recife-PE, e professor da Escola Superior de Magistratura de Pernambuco, na Revista TRT 6ª Região, 1998, vol. 10, nº 25, pág. 122/123:

*"Multiplicam-se os casos em que, legitimamente ou por exagero até, os tribunais negam-se a examinar o meritum causae ou outras pretensões das partes, escorando-se no fundamento do respeito ao princípio constitucional do duplo grau de jurisdição. Para alguns desses casos, sequer inovações necessárias na ordem jurídico-positiva, bastando compreender melhor o sistema mediante a correta compreensão do princípio do duplo grau e seus fundamentos.*

(...)

*A experiência mostra ainda outras situações que se complicam desnecessariamente, sempre por conta de uma desmesurada preocupação com o duplo grau de jurisdição, que é um princípio mas não chega a ser uma garantia constitucional. Isso se dá particularmente em mandados de segurança e principalmente diante das incertezas dos tribunais quanto aos casos em que o julgamento de primeira instância se considera de meritis ou não (p. ex. a "decadência" por decurso do prazo legal ou a "carência" por falta de liquidez-e-certeza).*

*Repetem-se também os casos em que, erroneamente, é pronunciada em primeiro grau uma suposta carência de ação (como, v.g. na ação de usucapião o juiz entende não estar presente o requisito do tempus e no exemplo anteriormente dado que não vislumbra o juiz ter se caracterizado a relação de emprego - parte grifada ora acrescida). Ao tribunal, quando entende de dar provimento à apelação em casos assim, basta deixar explícito que a decisão de primeiro grau foi realmente de mérito e não terminativa, julgando então pelo modo que tiver por correto.*

*Nesses casos e em outros similares, nos quais se tem verdadeiros julgamentos de mérito, é preciso estimular a regra segundo a qual se dispensa o retorno do processo à origem sempre que a instrução esteja completa. Com essa importante ressalva, que impede transgressões ao indispensável direito à prova (projeção da garantia constitucional do due process of law), pequenos arranhões ao duplo grau não seriam ilegítimos e, muito ao contrário, concorreriam para a agilização do sistema.*

*Outro ponto que vem dificultando a agilização do processo é o falso entendimento de que, quando o juiz se omite quanto a um dos fundamentos da demanda ou da defesa, o acolhimento do fundamento omitido violaria o princípio do duplo grau. É preciso tomar consciência de que a procedência ou improcedência da demanda é sempre um julgamento de mérito, independentemente do efetivo julgamento de todas as questões ou mesmo do acolhimento ou rejeição de todos os pontos em que a demanda ou a defesa se apoia. Os parágrafos do art. 515 do CPC são claríssimos ao estabelecer a regra da devolução de todos os fundamentos ao tribunal destinatário da apelação, ao qual cumpre julgar o mérito da causa como lhe parecer correto e com o fundamento em qualquer daqueles pontos - o que sequer arranha o princípio do duplo grau".*

Passemos, agora, ao terreno da exemplificação, para uma melhor visualização.

**A** promove ação trabalhista contra **B**, pleiteando o pagamento de aviso prévio, horas extras e férias. Em sua defesa, **B** suscita a prescrição do direito de ação e a quitação das verbas. O juiz, entendendo estarem prescritas as verbas em comento, extingue o processo com julgamento de mérito (CPC, artigo 269, IV), deixando de se

pronunciar sobre o segundo fundamento. Contra a sentença, **A** interpõe recurso ordinário pugnando pelo provimento do mesmo para que sejam acolhidos os pedidos contidos na inicial. Toda a matéria é, então, devolvida ao tribunal que, inclusive, poderá afastar a prescrição acolhida na origem, por entendê-la inaplicável, e, de logo, emitir pronunciamento sobre o segundo fundamento (o da quitação), julgando o caso de acordo com a prova dos autos (provimento para julgar procedente a ação, se não houve adimplemento, ou confirmar o resultado da sentença, porque tais verbas estão quitadas).

De forma alguma poderá ser dito que houve supressão de instância. Esta ocorrerá quando a instância superior apreciar pedido que deixou de sê-lo na instância inferior.

A prescrição atinge, via de ação, o direito substancial, tornando-o passível de proteção pelo manto da coisa julgada material, com efeito "erga omnes". Nesse caso, o juiz de primeiro grau adentrou ao mérito, julgando improcedentes os pedidos, por expressa dicção legal (CPC, artigo 269, IV), conforme entende, nesse particular a corrente majoritária da doutrina.

A prescrição, portanto, foi apenas um dos fundamentos utilizados pela defesa para rebater a pretensão do autor.

Retornar os autos à primeira instância é desobedecer a regra do artigo 515, § 2º do CPC.

*"No julgamento da apelação, rejeitado o fundamento em que se baseou a sentença, para julgar procedente a ação, há que se prosseguir no exame dos demais, deduzidos na inicial. Assim não fazendo, a Turma violou o disposto no art. 515 § 2º do CPC. Ação rescisória julgada procedente para que a Turma renove o julgamento, apreciando a matéria remanescente" (TFR-2ª Seção, AR 1.183-RJ, rel. Min. Eduardo Ribeiro, j. 24.11.87, v.u., 'apud' Bol. do TFR 137/1).*

Diz acórdão em RT 600/163 que, se a ação tem dois fundamentos e um é acolhido pelo juiz mas rejeitado pelo tribunal, devem os autos retornar à primeira instância, para que o magistrado se manifeste sobre o outro fundamento, se ainda não o fez." (In Theotonio Negrão, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, São Paulo: Saraiva, 29ª ed., 1998, pág. 419).

Noutro exemplo, **A** alega ter mantido vínculo de emprego com **B**, formulando os pleitos tradicionais decorrentes do contrato de trabalho, por ter este último resiliado o contrato. **B** nega a existência do liame empregatício, asseverando que a relação jurídica era de representação comercial, restando quitados quaisquer débitos por ventura contraídos junto ao reclamante. A JCJ, adotando o fundamento da inexistência da relação de emprego, julga "improcedente a ação" (o que significa haver rejeitado todos os pleitos da inicial, objetos da reclamação trabalhista, sobre os quais incidirão os limites objetivos da coisa julgada).



Interposto o recurso ordinário ao tribunal, impugnando-se toda a matéria, é dever do mesmo, se entender pelo reconhecimento da relação de emprego, proferir decisão substitutiva da sentença, julgando pelo provimento do apelo (se não configurada a quitação das verbas), rechaçando o segundo argumento da defesa.

Também não se cogite em supressão de instância, porque todos os pedidos do autor foram apreciados pelo órgão de primeiro grau (julgados improcedentes - matéria de mérito -, sob o fundamento da inexistência da relação empregatícia).

Fazer os autos retornarem à instância inferior é promover o re julgamento da causa pelo Juízo que já o tinha feito anteriormente, infringindo, além do disposto no artigo 515, § 2º do CPC, a regra dos artigos 836 da CLT e 463 do CPC.

Numa terceira situação, entendendo nulo o contrato de trabalho, por considerar ilícito o seu objeto (prestação de serviço em banca de jogo do bicho), a junta julga "improcedente a reclamação". Assim procedendo, terá apreciado o mérito da demanda (todos os pedidos formulados pelo autor), mesmo que deixe de fazê-lo expressamente, pois, ultrapassando a fase de obstáculos processuais (pressupostos processuais e condições da ação), houvera o juiz ingressado no terreno da análise da pretensão material das partes.

Pugnando pela reforma total da sentença para que lhe sejam concedidos todos os títulos perseguidos na petição inicial, o reclamante recorre ordinariamente ao TRT. Mais uma vez, se o tribunal considerar que a nulidade contratual só gera efeitos "ex nunc", afastando, portanto o fundamento acolhido na origem, está autorizado legalmente a proceder à apreciação da matéria, sob os demais argumentos utilizados pelas partes na fase cognitiva da primeira instância, sem que, novamente, isso possa significar supressão de instância ou, muito menos, arranhar o princípio do duplo grau de jurisdição.

Para que seja possível a justa utilização desse recurso processual, é preciso que os juízes de primeiro grau conscientizem-se da necessidade de instruir minimamente o processo, oferecendo condições para o re julgamento do caso pelo tribunal. Significa dizer que, mesmo havendo formado convicção final sobre o litígio, seja oferecida oportunidade à parte teoricamente "perdedora", para que produza, na forma da lei, as provas necessárias à sua defesa.

Não havendo nos autos essa condição, é cabível a devolução dos autos ao Juízo de origem para instruir o feito e emitir julgamento.

Todo esse percurso também poderá ser utilizado nos feitos em que figurar como parte ente público, dotado dos benefícios processuais previstos nos artigos 475, II, do CPC e 1º, V, do Decreto-lei nº 779/69.

Começo explicando o significado de remessa "ex officio". Trata-se não de recurso, mas de remessa obrigatória pelo Juízo prolator da primeira decisão condenatória de ente público ao Juízo imediatamente superior, para que, de forma ampla, seja procedida à revisão do julgado, naquilo em que foi sucumbente a Fazenda Pública. Somente após a apreciação do órgão "ad quem" é que a sentença produzirá efeitos.

Extrai-se, portanto, que tal figura processual somente é utilizável em instância ordinária, haja vista o seu amplo poder de devolução da matéria. Sendo assim, não é de se admitir que o provimento de remessa necessária que modifique sentença de improcedência implique na remessa dos autos ao Tribunal Superior do Trabalho para os fins previstos nas normas acima citadas. Neste caso, terá havido apenas uma decisão condenatória, sem a possibilidade de revisão e sem haver qualquer mácula ao instituto.

Os textos dos referidos artigos são complementares e dessa forma devem ser interpretados para a sua utilização prática. Ao se referir a decisão, o inciso V do artigo 1º do Decreto-lei 779/69 nada mais significa do que "primeira decisão final", nos moldes em que o termo sentença, no artigo 475, II, do CPC, expressa.

Assim, se o tribunal reforma sentença proferida pela junta, reconhecendo, por exemplo, efeitos "ex nunc" da nulidade contratual, poderá adentrar à análise dos pleitos indeferidos (expressamente ou de forma geral), uma vez que afastou um dos fundamentos contidos nos autos e acolheu outro fundamento para deferir o pedido, utilizando o mesmo procedimento dos exemplos anteriormente citados.

Entender de forma diversa ensejaria o retorno dos autos à junta de origem em todos os casos que o tribunal afastar qualquer fundamento utilizado para o deferimento do pedido, o que, diga-se de passagem, não se coaduna com as normas processuais e, muito menos, com a finalidade do processo.

Não se poderá cogitar em supressão de instância porque ambos os Juízos manifestaram-se sobre o mérito dos pedidos, nem de infringência ao duplo grau de jurisdição, porque houve necessária apreciação das duas instâncias, esgotando-se a jurisdição ordinária. Admitir o contrário seria reconhecer a possibilidade de remessa da matéria ao TST, no exemplo citado há três parágrafos acima.

Adotando-se o procedimento recomendado neste estudo, haverá pronto atendimento aos princípios da economia e da celeridade processuais, sem que se tenha arranhado, ao mínimo que seja, os institutos da não supressão de instância e do duplo grau de jurisdição, beneficiando não só as partes (que receberão mais rapidamente a prestação jurisdicional), mas também os próprios juízes de primeira e de segunda instâncias (os primeiros porque não terão ferida a sua convicção e disporão de mais tempo para julgar os demais casos a si submetidos, e os segundos porque diminuem potencialmente os recursos interpostos para o segundo grau) e todos os jurisdicionados, que, reflexamente, terão suas causas julgadas em menor tempo.

Ressalte-se, por fim, que não há possibilidade de se lançar mão da regra do § 1º do artigo 515 do CPC, quando ocorrer a revelia, pois, necessariamente, não terão sido discutidas as questões suscitadas pelo reclamante, ressalvada a exceção da devolução das questões de ordem pública, que o magistrado deve conhecer de ofício.

## 5. CONCLUSÃO

a) utilidade última da norma é o regramento da vida social, para o atingimento do bem-estar coletivo, evitando os atritos decorrentes da convivência humana. Utilizá-la no caso concreto com a maior rapidez é dever do Estado-juiz, na busca pelo restabelecimento da ordem maculada pelo conflito de interesses;

b) não há qualquer alusão no texto constitucional, quer explícita quer implícita, à exigência da duplicidade de graus de jurisdição como garantia do cidadão. O duplo grau obrigatório decorre de lei e dela depende a sua observância. Nos demais casos, configura-se apenas numa faculdade das partes;

c) ocorrerá a supressão de instância se houver decisão do órgão superior sobre pedido formulado pelas partes, nas suas peças principais, que anteceda à do Juízo funcionalmente responsável pelo primeiro exercício da jurisdição;

d) a impugnação do recurso ordinário, balizada por seus limites, devolve ao Juízo "ad quem" o conhecimento da matéria impugnada, ensejando-lhe a possibilidade de imediato julgamento do recurso, acaso entenda afastado o fundamento adotado na sentença que decidiu o mérito, podendo proferir decisão reformadora, baseada em outro fundamento discutido no feito, nos termos dos artigos 515 e 516 do CPC;

e) esse procedimento não afronta o princípio do duplo grau de jurisdição nem o preceito da não supressão de instância, já que sempre haverá tido pronunciamento de mérito no Juízo inferior;

f) é importante a assimilação dessa matéria pelo órgão de primeiro grau, que deverá oferecer oportunidade para que as partes produzam os elementos mínimos em defesa do seu direito, nos exatos termos da lei;

g) a aplicabilidade do § 1º do artigo 515 do CPC fica obstada quando ocorrer a revelia (por não terem sido discutidas as questões), ressalvada a exceção da devolução das questões de ordem pública, que o magistrado deve conhecer de ofício;

h) a utilização do procedimento previsto nos artigos 515 e 516 do CPC é fator de alta relevância na agilização dos processos, beneficiando partes, juízes e a credibilidade do Poder Judiciário.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

GOUVEIA, Milton. *Da utilidade dos artigos 514/517 do CPC para abreviar a prestação jurisdicional*. In: Revista TRT 6ª Região. Vol. 10, n. 25, 1998

JÚNIOR, Nelson Nery, NERY, Rosa Maria Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito Processual do Trabalho*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998

NEGRÃO, Theotonio. *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 1998

NÓBREGA, J. Flósculo da. *Introdução ao Direito*. 5 ed. Rio de Janeiro: José Konfino - editor, 1975

SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de Direito Processual Civil*. São Paulo: Saraiva, 1997

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *Sistema dos Recursos Trabalhistas*. 7 ed. São Paulo: LTR, 1993